

# TRABALHADORAS E AGROTÓXICOS NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO<sup>1</sup>

Adélia de Melo Branco<sup>2</sup>  
Semira Adler Vainsencher<sup>3</sup>

## Introdução

*O patrão é muito bom, ele sempre paga as minhas férias.*

O presente trabalho objetiva evidenciar o dilema enfrentado por trabalhadoras rurais residentes em Petrolina, na Região do Submédio São Francisco, Estado de Pernambuco, migrantes das áreas de sequeiro<sup>4</sup>, qual seja, o de ter que se expor aos agrotóxicos em decorrência da necessidade de sobreviver.

As áreas de sequeiro do semi-árido nordestino possuem níveis muito baixos de desenvolvimento, tanto do ponto de vista político quanto socioeconômico. Paralelamente, as áreas localizadas às margens do rio São Francisco, vêm alcançando grandes avanços econômicos, nos últimos anos, devido ao processo de irrigação. Por esse motivo, passaram a atrair a atenção das populações afetadas pela seca e a se beneficiar desses contingentes migratórios, utilizando sua mão-de-obra na produção de culturas destinadas à exportação (Bloch, 1996).

Em sendo assim, de forma equivalente a alguns Estados brasileiros, cujo desenvolvimento ocorreu às expensas da miséria e da falta de perspectiva de outras regiões do País, as

---

<sup>1</sup> Este artigo baseia-se em uma pesquisa intitulada "Seca, Mulher e Globalização", financiada pelo IDRC (International Development Research Centre, Canadá), com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). O presente trabalho foi apresentado no II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde, realizado no período de 19 a 22 de setembro de 1999, no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Dra. em Antropologia pela Univ. de Manitoba, Canadá; Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Boston University, Estados Unidos; Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco

<sup>4</sup> Como áreas de sequeiro denomina-se aquelas áreas não irrigadas, localizadas no semi-árido nordestino e afetadas pela seca.

referidas áreas irrigadas também cresceram e continuam crescendo, em função da relação simbiótica que mantêm com as áreas de sequeiro.

Apesar de não ser, ainda, tão considerado e/ou pesquisado quanto o homem, o elemento feminino vem desempenhando um papel de destaque em ambos os contextos (Branco, 1997). Esse pouco reconhecimento, todavia, é fruto da “invisibilidade” da mulher, que tem sua origem nas raízes da sociedade patriarcal nordestina, sobretudo na da zona rural; e da subordinação a que está sujeita, e que aumenta em razão da sua permanência na esfera doméstica. (Branco, 1995 e 1997; Ramalho, 1995; Fischer; Melo, 1996)

Por outro lado, existem limitações referentes à capacidade dessa própria população para superar os efeitos de mudanças ambientais, ou melhor, na sua inflexibilidade ou incapacidade para se adaptar a mudanças, resultantes da combinação de fatores sociais, políticos e econômicos. (Wilches-Chaux, 1993). No caso da zona rural das áreas de sequeiro, observa-se maior vulnerabilidade no segmento feminino, aquele universo vem recebendo historicamente um tratamento desigual, e que, em verdade, não possui acesso/controla sobre os meios de produção, sendo, portanto, dependente e sub-remunerado.

A Região do Submédio São Francisco atrai, em grande parte, as migrantes oriundas das áreas de sequeiro, que lá encontram uma realidade bastante diferenciada do seu lugar de origem. Enquanto neste último elas enfrentam discriminação no acesso ao trabalho remunerado, devido à preferência atribuída ao elemento masculino, já em Petrolina, esse quadro se apresenta revertido: é dada prioridade à trabalhadora, no cultivo de várias culturas, dentre as quais a uva, o tomate e a acerola. No caso da produção de uva, as mulheres constituem 60% da mão-de-obra utilizada. Além do trabalho na agricultura, elas são absorvidas, também, no setor informal da economia, sobretudo no trabalho doméstico, uma vez que habitam a periferia da cidade.

Muito embora a situação do segmento feminino, nas áreas de sequeiro, se apresente bem diferente daquela na qual se encontra, hoje, a migrante em Petrolina, isto não significa

afirmar que a sua vulnerabilidade diminuiu. Muito pelo contrário! Ao ingressar nesse novo mercado de trabalho, e se expor às condições de vida na esfera urbana, as mulheres ficam, automaticamente, sujeitas a uma outra área de vulnerabilidade: a da exploração dentro de um sistema de relações de produção capitalistas.

Ainda que as relações sociais de trabalho não diferenciem o trabalhador da trabalhadora, salienta-se aqui um aspecto importante. O trabalho na agricultura irrigada da Região é caracterizado, basicamente, por dois tipos de relações: 1. as(os) diaristas ou *avulsas(os)*, que não têm um vínculo empregatício com o patrão, sendo, portanto, enquadradas(os) na categoria das(os) chamadas(os) *bóias-frias*; e 2. as(os) assalariadas(os) ou *fichadas(os)*, que possuem um vínculo empregatício formal e, supostamente, possuem os seus direitos trabalhistas respeitados, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho da Região. Dessa forma, a categoria das trabalhadoras *avulsas*, por não ser sindicalizada, é a mais vulnerável.

Para o recrudescimento da vulnerabilidade da mulher migrante, por conseguinte, passam a contribuir não apenas um espaço social, cuja ideologia reflete, secularmente, as desigualdades de gênero, mas, inclusive, uma organização econômica regulada por mecanismos de mercado, que obedecem aos princípios da competição livre e do lucro, onde as principais classes sociais – patrão/trabalhador – são essencialmente antagônicas e o acúmulo de riqueza, do lado do patrão, é diretamente proporcional ao crescente empobrecimento do trabalhador, fator esse decorrente da constante exploração do trabalho e da apropriação da mais valia, por parte dos que detêm os meios de produção.

Concomitante à exploração do trabalho feminino, observou-se um outro aspecto, também, que chama a atenção daqueles que pesquisam a agricultura irrigada de Petrolina: a questão do uso de agrotóxicos. Visando apreender a opinião das trabalhadoras frente à sua vivência com esses produtos químicos, foram efetuadas entrevistas de profundidade<sup>5</sup> junto a

---

<sup>5</sup> Ressalta-se aqui três pontos importantes:

(i) o critério de seleção das informantes baseou-se no tipo de trabalho em que elas estavam engajadas (diarista ou assalariado);

um grupo de quarenta e quatro migrantes<sup>6</sup>, daquela Região: vinte e duas que trabalhavam sem qualquer vínculo empregatício – as trabalhadoras *avulsas* – e vinte e duas que trabalhavam com carteira assinada – as trabalhadoras *fichadas*. A idade das entrevistadas variou de 20 a 59 anos. Constatou-se que a maioria delas era analfabeta ou sabia, apenas, assinar o nome; era casada, tinha uma média de 3,2 filhos e possuía uma renda média familiar mensal de R\$ 57,18 (US\$ 30.91). Por suas atividades produtivas, as assalariadas recebiam salário mensal de R\$ 142,00 (US\$76.75), mais os acréscimos dos abonos de família; e as diaristas recebiam, mediante a sua produção, de R\$ 3,00 a R\$ 12,00 por dia (US\$ 1.62 a US\$ 6.48), ou seja, podiam ganhar até bem mais que as trabalhadoras assalariadas<sup>7</sup>.

### A Utilização de Agrotóxicos em Petrolina

*Eu não sei bem a doença que causa, mas que causa, causa.*

Conforme documentado pelas entrevistadas, na Região do Submédio São Francisco, os empresários utilizam vários produtos fitossanitários, tais como o *dormex*, um inibidor de brotação (cujo princípio ativo é 520SL hidrogenado) e uma série de fungicidas, tais como o *afugan* (pyrazophos), o *ridomil* (metalatil + mankozeb), o *curzate* (sinocfanil), o *foro* (mectanidomol), entre outros produtos químicos. Segundo os técnicos da área agrícola, o *dormex*, em particular, por se tratar de produto fitossanitário cujo princípio ativo está relacionado a hormônios, se não for utilizado de forma correta e adequada,

- 
- (ii) a coleta de dados foi realizada nos domicílios das informantes, no bairro de João de Deus, periferia de Petrolina; e
  - (iii) o acesso às entrevistadas foi viabilizado tanto através de líderes sindicais, que residiam no referido bairro, como também por intermédio de trabalhadoras que detinham liderança entre as diaristas.

<sup>6</sup> Das quarenta e quatro mulheres entrevistadas nesta pesquisa, dezenove eram advindas do Estado de Pernambuco (municípios de Serra Talhada, Serra Nova, Ouricuri, Salgueiro, Trindade, Tacaratu, Dormentes, Afrânio, Exu, São José do Belmonte, Pedra Grande, e da Serra do Araripe); nove eram migrantes do Ceará (municípios de Barros, Juazeiro do Norte, Crato, Mauriti e Boa Viagem); oito vieram do Piauí (municípios de Picos, Jaicós, São Miguel de Tapuia, Ceiras e Ipiranga); quatro vieram da Paraíba (municípios de Cajazeiras, Picuí, Bonito de Santa Fé, e Santa Luzia); três eram provenientes da Bahia (municípios de Tapera, Morro do Chapéu e Remanso); e uma era proveniente do Rio Grande do Norte (município de Caicó).

<sup>7</sup> Os dados salariais aqui apresentados são referentes ao período em que foi realizada a pesquisa de campo.

poderá acarretar, nos trabalhadores, efeitos cancerígenos, abortivos ou responsáveis por má formação fetal, esterilizantes etc. (*Compêndio de Defensivos Agrícolas*: 1996).

Neste sentido, aponta-se aqui algumas das conclusões encontradas em um trabalho de Alencar (1996), no tocante ao uso de agrotóxicos. O pesquisador destaca uma média de, aproximadamente, 18% dos trabalhadores necessitando de cuidados médicos especiais, por se encontrarem na faixa crítica do nível de colinesterase sanguínea, enquanto cerca de 7% apresentavam intoxicação aguda, sendo orientados a receber tratamento médico e a se afastar das atividades, durante um determinado tempo. Esse estudo monitorou o uso de 75 produtos fitossanitários, utilizados em 34 lotes de colonos do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, em Petrolina/PE: inseticidas+acaricidas (66,1%), fungicidas (26,8%), herbicidas (5,1%) e espalhantes adesivos (2,0%).

Ao se analisar a Convenção Coletiva de Trabalho/98<sup>8</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região (STR), observa-se, em relação aos agrotóxicos, que só existe um único parágrafo, dentro da cláusula 47<sup>a</sup>, garantindo algum direito legal ao trabalhador: “em se tratando de fruticultura de porte, os empregados só executarão serviços nos locais de aplicação de agrotóxicos após sete horas da pulverização ou outro período superior de acordo com o receituário agrônômico.” Os demais parágrafos dessa cláusula dizem respeito, apenas, àqueles que exercem serviços de aplicação de pesticidas, herbicidas e agrotóxicos, em geral, e nem uma única palavra sequer sobre a proteção daqueles que trabalham nas plantações, após a aplicação dos produtos químicos.

Seguir fielmente as regras estipuladas pela Convenção, proporcionando sempre total proteção aos trabalhadores, foi o que os empresários asseguraram ter sempre feito. Ao se entrevistar as trabalhadoras rurais, no entanto, descortinou-se um panorama bastante distinto daquele relatado pelos proprietários de terras. Contrariamente ao que foi por eles informado, observou-se que a totalidade das diaristas e a maior

---

<sup>8</sup> A referida Convenção é fruto de negociações anuais entre os empresários e os trabalhadores da Região. Tais negociações, geralmente, ocorrem no início de cada ano letivo.

parte das assalariadas confirmaram trabalhar nas plantações durante a aplicação dos agrotóxicos (Ver Tabela 1)<sup>9</sup>.

À primeira vista, ao se deter o olhar na tabela 1, poder-se-ia concluir que, por não trabalharem concomitantemente à pulverização dos agrotóxicos, pelo menos 45% das assalariadas deveriam estar protegidas em relação aos mesmos. Contudo, na prática, não foi isso o que se constatou: a totalidade das *avulsas* e quase todas as *fichadas* (91% dos casos) asseguraram ter sentido, na própria pele, algum tipo de contato com os agrotóxicos (Ver Tabela 2).

E por que isto ocorreria, também, com a maioria das assalariadas, inclusive aquelas que declararam não trabalhar durante a aplicação de tais produtos?

Muito embora não se tenha abordado as trabalhadoras, no tocante à questão do espaço de tempo entre o ato da pulverização e a sua presença nas plantações, as autoras da presente pesquisa levantam a hipótese de que o tempo passado entre um evento e outro não seja suficiente para minimizar os efeitos colaterais daqueles produtos químicos.

TABELA 1  
DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTADAS, SEGUNDO O TIPO DE TRABALHO E EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS, DURANTE A ATIVIDADE LABORAL (%)

ESPECIFICAÇÃO	TIPOS DE TRABALHO		
	Diarista	Assalariado	Total
Trabalha enquanto aplicam agrotóxicos	100	55	77
Não trabalha enquanto aplicam agrotóxicos	-	45	23
<b>TOTAL</b>	100	100	100

Fonte: Pesquisa direta, FJN /1999

<sup>9</sup> Isto não deve surpreender a ninguém, já que as trabalhadoras *avulsas*, não sendo sindicalizadas, nem tendo vínculo empregatício formal, são excluídas da proteção legal da Convenção.

Os depoimentos das diaristas foram contundentes:

*Eles dão veneno<sup>10</sup> na mesma área onde a gente trabalha.*

*O pior é que eles querem que a gente trabalhe enquanto colocam veneno. Quando a gente reclama, eles dizem que, se não trabalhar, a gente vai perder o dia.*

TABELA 2  
CONTATO COM OS AGROTÓXICOS POR PARTE DAS ENTREVISTADAS, SEGUNDO O TIPO DE TRABALHO EMPREENDIDO (%)

DISCRIMINAÇÃO	TIPOS DE TRABALHO		
	Diarista	Assalariado	Total
Sentiram o contato	100	91	96
Não sentiram o contato	-	9	4
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa direta, FJN/1999

A maior parte das entrevistadas (57% dos casos) informou ter sofrido de dores de cabeça. Em seguida, os efeitos colaterais mais enfatizados foram: tontura, pressão baixa e desmaio (36% dos casos). Outros problemas de saúde foram mencionados, porém em percentuais pouco representativos (Ver Tabela 3).

<sup>10</sup> As trabalhadoras rurais costumam chamar os agrotóxicos de veneno. Razão pela qual esse vocábulo foi utilizado pelas autoras, tanto no título deste artigo, quanto dentro do próprio trabalho.

Ainda que alguns desses sintomas possam não ser, em verdade, fruto da exposição das trabalhadoras aos agrotóxicos, eles foram por descritos pelas entrevistadas como tal. No entanto, há que se considerar a elevada frequência de alguns desses sintomas em estudos futuros sobre a temática. As trabalhadoras alegaram o seguinte:

*Eu sinto uma dor de cabeça horrorosa.*

*Eu sinto uma coisa ruim e faço muita força e incha a minha costela quebrada. Eu sinto tontura e agonia.*

TABELA 3  
SINTOMAS RELATADOS PELAS ENTREVISTADAS, POR OCASIÃO DA EXPOSIÇÃO AOS AGROTÓXICOS

(%)

ESPECIFICAÇÃO	%
<i>Dor de cabeça</i>	57*
Tontura/pressão baixa/desmaio	36
“Agonia”	14
<i>Cocceira/dor nos olhos</i>	11
Náusea/gastura/vômito	9
Outros sintomas**	9

Fonte: Pesquisa direta, FJN/1999

\* Respostas múltiplas. O percentual foi calculado em função do total de respondentes (44).

\*\* Vontade de cuspir/entupimento de veia/ dormência/ crise de asma.

*Até se passar veneno de manhã e eu for trabalhar de tarde, eu adoço. Eu sinto tontice, escurecimento de vista e dor no carço dos olhos.*



Foi possível observar, ainda, outros efeitos colaterais vivenciados pelas mulheres:

*Os cachos de uva são tudo branco, cai o pó nos olhos da gente e aquilo prejudica muito. Eu sinto como um entupimento de veia, minha vista arde e eu quase não enxergo. Também sinto dor de cabeça e vontade de vomitar<sup>11</sup>.*

Outras entrevistadas informaram:

*Com o cheiro do veneno, eu tenho agonia no estômago, fica subindo prá cabeça, eu fico cuspidando e sinto dor de cabeça. Minha vista coça.*

A maioria das atividades envolvidas com a produção da acerola mantém alguma semelhança com aquelas da produção de uva, já que são exercidas, também, apenas por mulheres. Durante a colheita, a acerola solta uma espécie de pêlo que, segundo as trabalhadoras, causa irritação em seus olhos.

*O trabalho na acerola prejudicou minha vista e eu tive que fazer uma cirurgia. Fiquei cega e com dor nos olhos.*

Por incrível que possa parecer, somente uma pequena parcela das diaristas e menos da metade das assalariadas declararam ter procurado um médico, por ocasião da ocorrência desses problemas de saúde (Ver Tabela 4). Às poucas mulheres que o fizeram (apenas a terça parte do conjunto entrevistado),

---

<sup>11</sup> Esses sintomas só afetam as mulheres, já que somente elas exercem a atividade do "raleio" da uva, a poda dos cachos de fruta para evitar que ela cresça desordenadamente. Essa atividade, que tem por função tornar o produto mais atraente, para os futuros consumidores, é extremamente exaustiva para as trabalhadoras. Elas ficam o dia todo com os braços levantados para o alto, com a cabeça sob os cachos de uva, aparando com os seus olhos os resíduos advindos dos agrotóxicos.

indagou-se sobre a conduta médica adotada em relação aos seus problemas. Elas disseram o seguinte:

*Eu procurei o médico da firma quando desmaiei. Ele me deu um 'AS'<sup>12</sup> e mandou eu ir prá casa.*

*O médico passou uma injeção e eu melhorei.*

Ou, então:

*Eu já procurei o médico da firma, mas ele não fez nada: só dispensou a gente pelo dia.*

Outras trabalhadoras afirmaram que os médicos aconselhavam-nas a abandonar esse tipo de trabalho.

*Ele disse que eu não devia trabalhar nisso porque podia me prejudicar.*

*O médico diz que eu não posso trabalhar em roça.*

A maioria das trabalhadoras, ao ser questionada sobre o porquê de não procurar um médico esclareceu:

*Eu só procuro um médico quando não agüento mais porque eu preciso trabalhar.*

*Porque não adianta! Eu tenho mesmo é que trabalhar no veneno.*

---

<sup>12</sup> Quando as mulheres dizem "AS" estão se referindo ao remédio denominado AAS, nome-fantasia de um dos medicamentos que contém o ácido acetilsalicílico.

TABELA 4

BUSCA DE ASSISTÊNCIA JUNTO A INSTÂNCIAS DIVERSAS, APÓS O CONTATO COM AGROTÓXICOS, SEGUNDO O TIPO DE TRABALHO EMPREENDIDO (%)

Tipos de Trabalho	ESPECIFICAÇÃO								
	Procurou o Médico			Procurou o Patrão			Procurou o Sindicato		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Diarista	23	77	100	14	86	100	5	95	100
Assalariado	45	55	100	23	77	100	36	64	100
TOTAL	34	66	100	18	82	100	20	80	100

Fonte: Pesquisa direta, FJN/1999

Algumas das entrevistadas apontaram a falta de interesse dos profissionais de saúde:

*O médico da firma não liga.*

*O médico da firma não se interessa: ele só quer ganhar. O médico nunca incrimina o veneno.*

Outras alegaram dificuldades relacionadas à precariedade do atendimento médico.

*Porque prá pegar uma ficha no Posto é difícil, tem que chegar de madrugada. E eu tenho que trabalhar.*

*Porque se a gente perder um dia de serviço já diminui o dinheiro. Na firma não tem médico, a gente tem que ir no Posto e perde muito tempo.*

É curioso observar que, para certas trabalhadoras, a presença de dores de cabeça ou de pressão baixa não representa motivo de preocupação. Em outras palavras, tais sintomas não são associados a problemas relevantes, que sinalizem para algum dano físico ou princípio de doença. Para elas, o trabalho é sempre priorizado em detrimento da saúde. Neste sentido, as entrevistadas afirmaram:

*Eu não sinto nada: só dor de cabeça.*

*Eu só sinto minha pressão baixa, mas não sinto nada com o veneno.*

A própria inércia e desinformação parecem concorrer para que elas não atribuam importância a tais sintomas:

*No começo, eu sentia muita dor de cabeça e tontura. Uma vez, eu até desmaiei, mas agora já estou acostumada.*

*Porque a gente acha que não é problema sério.*

*A gente só sente aquilo na hora: depois passa.*

Ao se examinar a Tabela 4, observa-se que apenas 18% das entrevistadas contataram o patrão, por ocasião dos seus problemas de saúde. Por que razão ele não foi procurado? Um dos motivos que as trabalhadoras alegaram diz respeito à ausência do mesmo, nos locais de trabalho.

*Porque ele nem vai lá, nós só vemos os encarregados.*

*Ninguém nem vê ele, como é que eu vou procurar ele?*

Outras afirmaram que o empregador nunca dispensou qualquer atenção, no tocante aos seus problemas de saúde:

*Os patrões dizem que isso passa.*

*O patrão disse que não era do veneno, que devia ser de outra coisa.*

A possibilidade concreta de uma demissão imediata foi, também, destacada:

*Se procurar o patrão, ele bota prá fora.*

*Na Empresa...eles botam veneno enquanto a gente trabalha e dizem: trabalha se quiser.*

As relações sociais de trabalho no Submédio São Francisco são, sem dúvida alguma, muito distintas daquelas características das áreas de sequeiro do semi-árido, lugar de origem das trabalhadoras, onde a pecuária e a agricultura de subsistência se destacam como as atividades de maior importância econômica. Nas áreas de sequeiro, as relações de trabalho apresentam, ainda, certos laços *clientelistas* envolvendo patrões e empregados. Por exemplo, os empregados residem nas propriedades onde trabalham e, em muitos casos, mantêm um vínculo de meeiros ou rendeiros com o proprietário da terra. Neste sentido, apesar de possuírem uma grande dependência econômica com o patrão, encontra-se uma certa “proximidade” entre ambos. No contexto em estudo, por sua vez, as relações sociais e econômicas se caracterizam pela racionalidade da maximização do lucro, bem como pela distância entre patrão e trabalhador, já que muitas propriedades locais funcionam como empresas modernas: os seus proprietários trabalham em sociedade e a figura do patrão é, geralmente, representada por um Gerente.

*Porque eu não tenho coragem de estar pedindo: eles humilham!*

*O que é que ele vai fazer? O patrão não se preocupa com nós trabalhadores.*

Quanto à questão dos agrotóxicos, verifica-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não possui força suficiente para lutar contra os empresários<sup>13</sup>. Provavelmente por essa razão, a grande maioria das trabalhadoras (80% dos casos) não procura o STR para reivindicar melhores condições de trabalho, apesar de sofrerem com a exposição aos produtos químicos. A tônica dos depoimentos foi a seguinte:

*O Sindicato não resolve e a gente só faz perder tempo.*

Por sua vez, as trabalhadoras afirmaram que a sua saúde foi deteriorando, com o passar do tempo. Grande parte se lamentou de problemas relativos à visão:

*Fui piorando da vista até me operar.*

*Tô muito pior da vista. Quando eu arranjo trabalho, na uva mesmo, eu não consigo trabalhar mais de três meses.*

Outras alegaram:

*A agonia é a mesma. Aí eu tomo água ou garapa.*

*O veneno é horrível! Dá nervosismo, úlcera e, até mesmo, câncer. Eu mesmo sinto muita falta de apetite. Eu sinto vontade de comer mas não tenho apetite.*

A maior parte das migrantes (64% dos casos) declarou que a exposição aos agrotóxicos, com toda a certeza, lhe causaria problemas de saúde, mas que desconhecia as doenças que poderiam vir a contrair (Ver Tabela 5). Os depoimentos continham, praticamente, o mesmo teor de indefinição:

---

<sup>13</sup> O Sindicato, no entanto, é muito eficiente, em se tratando da questão salarial.

*Doença que a pessoa não se livra mais.*

*Eu acho que, no futuro, eu vou sentir o efeito.  
Com o passar do tempo, eu vou me prejudicar.*

Os problemas de ordem dermatológica/alergênica foram mencionados:

*Na acerola, eu fico toda cheia de bolha.  
Quando estou apanhando tomate, sinto um  
entupimento no nariz e, quando tiro, é uma  
massa verde.*

TABELA 5  
PROBLEMAS DE SAÚDE QUE OS AGROTÓXICOS PODEM CAUSAR,  
SEGUNDO AS ENTREVISTADAS (%)

ESPECIFICAÇÃO	%
Dor de cabeça	7*
Problemas na pele	5
Problemas nos olhos	9
Vômito	5
Intoxicação	7
Muita agonia	4
Cegueira	5
Câncer	11
Vou sentir no futuro	64
Não sei	9
Outros problemas**	11

Fonte: Pesquisa direta, FJN/1999.

(\*) Respostas múltiplas. Percentual calculado sobre o total de respondentes (44).

(\*\*) Tontura, gastrite, coceira, tuberculose, "aleijão".

A possibilidade de virem a desenvolver futuras neoplasias, em decorrência da exposição aos produtos químicos, foi registrada em apenas 11% das respostas:

*Muitas doenças que não têm cura, como o câncer.*

*Pode causar câncer, tuberculose. Sai tudo amarelo e verde do nariz e a garganta amarga e arranha.*

Uma das entrevistadas declarou o seguinte:

*Mesmo sem eu sentir nada agora, depois que eu ficar velha, eu vou sentir. Eu sei disso porque vejo as mulheres de lá.*

Diante desse contexto, as trabalhadoras rurais foram questionadas sobre a existência de outras práticas para se combater as pragas, nas plantações, ao invés da utilização sistemática de agrotóxicos. Surpreendentemente, a maioria (64% dos casos), defendeu o uso dos produtos químicos como um fator *sine qua non* para se obter bons resultados, em termos de colheitas. (Ver Tabela 6) Algumas começavam as suas falas, inclusive, ponderando a utilização de outros produtos, isentos de toxidade, mas, logo a seguir, voltavam atrás em suas considerações.

*Podia botar um adubo que não fosse venenoso. Agora, tem que ter veneno prá combater a doença.*

*Podia botar estrumo. Agora, sem veneno não se colhe, não.*

Neste sentido, mesmo conscientes de que os agrotóxicos podem lhes causar problemas de saúde, a maior parte das trabalhadoras rurais continua asseverando a imprescindibilidade dos mesmos.

*Porque não tem outra coisa que sirva: só o veneno. O veneno é preciso!*



*A uva só cresce com o veneno. O tomate, a melancia e o melão, também.*

Infelizmente, em relação aos agrotóxicos, a Convenção Coletiva de Trabalho não possui uma cláusula específica contendo os deveres dos empresários, ou seja, não especifica as medidas importantes de proteção à saúde das trabalhadoras, na região do Submédio São Francisco. Observa-se, sim, uma grande quantidade de parágrafos, dentro da cláusula 47ª, contendo recomendações supostamente destinadas a proteger aqueles que aplicam, diretamente, os agrotóxicos, no caso, o segmento masculino da população. Portanto, como são as mulheres a mão-de-obra preferida dos empresários, em se tratando de fruticultura, mais uma vez, percebe-se que esse segmento populacional continua isento de proteção e à mercê da própria sorte.

TABELA 6  
MEDIDAS QUE SE PODE TOMAR ACERCA DO USO DE  
AGROTÓXICOS, SEGUNDO AS ENTREVISTADAS (%)

ESPECIFICAÇÃO	%
Deve-se usar agrotóxicos	64
Não se deve usar agrotóxicos	32
Não respondeu	4
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa direta, FJN/1999.

## **Considerações Finais**

*A preocupação dos patrões é só com as plantas, com os trabalhadores eles não se preocupam.*

Equivalente a um oásis no meio de um deserto, Petrolina se descortina como um pólo de atração, cujas oportunidades de trabalho e renda possibilitam a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, aspecto fundamental para a sobrevivência que as áreas de sequeiro, até o presente momento, não foram capazes de suprir. A mulher migrante, portanto, apesar de possuir baixos níveis de educação, de conhecimentos, de renda, entre outros fatores, se insere no mercado de trabalho agrícola desse município, ingressando no sistema capitalista de produção.

Enquanto nas áreas de sequeiro o trabalho da mulher é considerado como “invisível”, em decorrência de fatores ideológicos que privilegiam as desigualdades de gênero, fazendo com que a mesma seja encarada, ainda, como um elemento inferior e subordinado ao homem, em Petrolina, a mulher passa a ser tratada como mão-de-obra (diarista ou assalariada), isto é, como alguém que, de uma forma ou de outra, vende a sua força-de-trabalho e recebe, em troca disso, uma certa renda. A nova realidade vem trazer, neste sentido, mudanças concretas para as trabalhadoras. Financeiramente, elas ganham tanto quanto os homens e isto lhes proporciona uma autonomia e liberdade jamais vivenciadas. Visto por esse ângulo, é inegável o grande avanço conquistado pelo segmento feminino.

No entanto, muito embora as áreas irrigadas do Submédio São Francisco sejam consideradas pelas mulheres, em inúmeros aspectos, como sua tábua-de-salvação, ao mesmo tempo, o ingresso nesse novo mercado de trabalho parece lhes causar danos concretos e perenes à saúde, sobretudo quanto à exposição aos agrotóxicos.

Por não estarem associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as trabalhadoras *avulsas* não possuem alternativas para mudar esse contexto: ou aceitam que os empresários lhes paguem por produção ou procuram um outro

serviço, em Petrolina. As assalariadas, por sua vez, também são vítimas do mesmo descaso: declaram sentir na pele os efeitos dos produtos químicos, faltar-lhes assistência médica adequada, e argumentam que o STR quase nada pode fazer em sua defesa, a não ser lutar por um salário digno. Quanto à visão que possuem dos empregadores, as migrantes afirmam que eles, além de estarem sempre ausentes, não se importam com os problemas de saúde dos seus empregados.

Via de conseqüência, para conseguir sobreviver nas terras irrigadas de Petrolina, as migrantes têm que plantar e colher se expondo aos agrotóxicos, e defendem o seu uso como imprescindível para se obter boas colheitas: segundo elas, é a única saída para garantir a própria vida. O trabalho das mulheres não é mais “invisível”, como aquele das áreas de sequeiro. Contudo, a visibilidade do trabalho feminino traz embutido em seu bojo o convívio constante com o *dormex*, com o *afugan*, entre outros produtos químicos potencialmente danosos à sua saúde. Portanto, se, por um lado, há um ganho e o trabalho da mulher se torna visível, por outro, observa-se um outro problema: aumenta o seu grau de vulnerabilidade. E este fato resulta não, apenas, devido à expropriação da mais valia, por parte dos empresários locais, mas, em particular, pelas precárias condições de trabalho a que são submetidas as trabalhadoras rurais.

Para as entrevistadas, portanto, o dilema que se apresenta não é “ter ou não ter saúde”, mas “ter ou não ter trabalho”. Se saúde e labor não caminham lado a lado, isto não é problema dos empregadores ou da Convenção Coletiva de Trabalho: é uma questão que diz respeito, única e exclusivamente, às trabalhadoras rurais. Dessa forma, para garantirem a própria sobrevivência, elas defendem o uso do “veneno” nas plantações, que se transforma em um produto abençoado, mesmo que ele lhes retire pouco a pouco a saúde, ou até que, precocemente, possa finalizar as suas vidas.

## **Referências Bibliográficas**

ALENCAR, José Adalberto de. *Impacto de agroquímicos em agroecossistemas prioritários da agricultura irrigada na região Nordeste*. Petrolina: CPATSA/EMBRAPA, 1996. (mimeo).

BLOCH, Didier. *As Frutas Amargas do Velho Chico: Irrigação e Desenvolvimento do Vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra/OXFAM. 1996.

BRANCO, Adélia M. Organizadas para Sobrevivir: el Caso de um Grupo de Mujeres del Sertão del Araripe. Desastres y Sociedad: *Revista Semestral de la Red de Estudios Sociales en America Latina*. Julio-Diciembre, n.5, año 3, Peru, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mulheres da Seca: Luta e Visibilidade numa Situação de Desastre*. João Pessoa: Editora Universitária. 2000.

BRANCO, Adélia M.; VAINSENER, Semira Adler. *Imprescindíveis e Discriminadas: As Trabalhadoras Rurais na Fruticultura do Vale do São Francisco*. Recife: ABET. 2000. (no prelo).

BRAVERMAN, H. *Labour and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. New York: Monthly Review Press, 1974.

COLLINS, J. L. Transnational Labour Process and Gender Relations: Women in Fruit and Vegetable Production in Chile, Brazil and Mexico. *Journal of Latin American Anthropology*. 1(1):178:99, 1995.

COMPÊNDIO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS. S./l. Organização Andrei Editora Ltda. 5. edição, 1996.

FISCHER, Izaura R.; MELO, Ligia A. *O Trabalho Feminino: Efeitos da Modernização Agrícola*. Recife: Editora Massangana, 1996.

RAMALHO, D. M. S. Sequia, Migración y Vivienda: Donde Queda la Mujer Invisible? Desastres y Sociedad: *Revista Semestral de la Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en America Latina*. Julio-Diciembre, n. 5, ano 3, 1995.

WILCHES-CHAUX, G. La Vulnerabilidad Global. In: *Los Desastres no son Naturales*. A. Maskrey, ed. Lima La Red/ITDG, 1993.